

Os desafios das ONG do Património e como superá-los

Sofia Costa Macedo | Especialista em Património Cultural, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial | sofiacmacedo@gmail.com

“(...) aí está como um excelente exemplo do que o associativismo é capaz de fazer no campo do estudo, da divulgação, da animação e da defesa do nosso património.”

Nuno Teotónio Pereira, 2007

Mais representatividade, maior responsabilidade, mais conhecimento.

No final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, um grande número de cidadãos encontrou na defesa do património cultural um motivo de intervenção social e agregou-se em associações que tinham como objectivo a salvaguarda dos valores históricos colectivos. Tal significava que existia um reconhecimento alargado da importância dos vestígios materiais do passado e uma oportunidade para a sociedade, de uma forma geral, intervir na salvaguarda desses mesmos vestígios.

Estas associações assumiram-se, neste período, como um modelo preferencial de actuação para a salvaguarda do património cultural e natural, e procuraram progressos no campo do estudo, divulgação, animação e defesa do património cultural português. O movimento associativo ganhou um carácter novo, inexistente até à data e que se traduziu na amplitude da sua acção, da sua base associativa e das suas aspirações. Aliavam a contestação à acção do Estado relativamente ao património cultural e natural ao cumprimento dos anseios colectivos das comunidades, e da sua acção resultaram iniciativas administrativas e legisla-

tivas que vieram a consolidar o modelo patrimonial em Portugal.

Um novo enquadramento das associações de defesa de património nas estratégias e políticas nacionais do património cultural é assim necessário. Para tal, as associações têm que traçar um novo caminho e superar os desafios que lhes são apresentados. Este passará pela redefinição dos seus objectivos e campos de actuação. Talvez a especificidade que as ADP's procuraram, no final do século XX, seja uma resposta para um melhor enquadramento da sociedade civil na defesa dos seus valores patrimoniais.

“

Um dos grandes desafios que se colocam hoje às ONG do Património é o seu reforço organizativo e a clarificação das suas formas de actuação. A definição de objectivos específicos, a procura de um caminho próprio, é um repto que as associações hoje ponderam. Afastem-se de modelos e teorizações genéricas, de modelos associativos mais generalistas e de base mais popular, para encontrarem linhas de actuação mais concretas para a defesa do património cultural e natural. A conjugação deste exercício com o modelo de implantação territorial das ONG, mais localizado e ligado com as populações, confere às associações um posicionamento crítico e cientificamente válido em relação a outras entidades de espectro de actuação mais lato.

”

“

...a irrelevância com que as associações foram tratadas, sobretudo a partir de meados da década de 80, mantém-se actualmente. Muito devido ao facto de a grande massa crítica associativa ter-se desviado para o outro campo, deixando estas estruturas desprovidas de competências técnicas, altamente valorizadas no sistema patrimonial actual. Resolvendo esta situação, as associações poderiam ser novamente integradas nas estruturas consultivas e mesmo operativas. Até porque possuem uma vantagem: a proximidade com as comunidades. Esta grande vantagem das associações, tem que vir acompanhada de uma maior “profissionalização” do sector, garantindo assim a sua independência.

”

Um dos grandes desafios que se coloca hoje às ONG do Património é o seu reforço organizativo e a clarificação das suas formas de actuação. A definição de objectivos específicos, a procura de um caminho próprio, é um repto que as associações hoje ponderam. Afastarem-se de modelos e teorizações genéricas, de modelos associativos mais generalistas e de base mais popular, para encontrarem linhas de actuação mais concretas para a defesa do património cultural e natural. A conjugação deste exercício com o modelo de implantação territorial das ONG, mais localizado e ligado com as populações, confere às associações um posicionamento crítico e cientificamente válido em relação a outras entidades de espectro de actuação mais lato. É também necessária uma continuidade formal e que pressupõe a regularidade dos procedimentos administrativos no seio associativo: Assembleias Gerais; Reuniões de Direcção; Relatórios e Contas têm que ter uma continuidade não quebrada, que cimente a postura formal da entidade associativa. Assim como deve ser promovida uma continuidade missionária: se a alteração para o campo mais ambiental promoveu uma alteração generalizada de preocupações e objectivos estatutários, o património cultural deve fazer um novo caminho, inserido no meio natural, que recoloque em perspectiva os seus objectivos e âmbitos de trabalho. Essencialmente, o movimento associativo necessita de uma reformulação de base associativa, com a integração de gente mais nova que esteja disponível para assumir o seu papel nestes movimentos. Todos temos falta de tempo; isso não pode ser um argumento. O objectivo mais global que radica no âmago das associações implica que tenhamos consciência de que a nossa acção colectiva representa uma mais-valia. Quando tivermos a capacidade de assumir estes compromissos, as associações terão condições

para fazer ouvir a sua voz e pugnar pela defesa e salvaguarda dos nossos bens culturais. Esse aumento associativo tem que vir acompanhado de uma postura crítica: o movimento associativo, a partir de meados da década de 90 do século XX, foi espoliado de massa crítica, através da incorporação de muitos dos seus associados activos nas estruturas da governança (tanto a nível local, como regional, como nacional), mudando, portanto os campos de actuação. A independência que as associações procuraram e advogaram face ao poder, encontra muitas vezes neste tipo de situação conflitos de interesse, difíceis de solucionar. A independência da opinião associativa tem que vir acompanhada de uma maior “profissionalização” do sector.

Um outro desafio prende-se com o posicionamento das ONG na mudança de comportamentos face ao Património. É necessário retomar os pressupostos que, no passado recente, guiaram as associações, tais como a defesa de conceitos mais alargados de património, e a reflexão crítica sobre elementos patrimoniais e a sua ligação com a sociedade actual. Promover debates teóricos e conceptuais, dedicação ao estudo e investigação e acção concreta em termos de valorização pa-

trimonial devem ser acções que as ONG do património têm que abordar, mantendo uma tradição de inovação neste sector, de que toda a realidade nacional viria a beneficiar. Tal significa que, um dos campos de actuação privilegiados das associações, a divulgação, deve ser alargado e complementado com uma acção eficaz na definição de estratégias e comportamento face ao património cultural português. Como aliás foi feito na década de 70 e 80 do século XX por estas mesmas associações. Retomar e reforçar o posicionamento na estrutura da governação é um dos grandes desafios das ONG: a irrelevância com que as associações foram tratadas, sobretudo a partir de meados da década de 80, mantém-se actualmente. Muito devido ao facto de a grande massa crítica associativa ter-se desviado para o outro campo, deixando estas estruturas desprovidas de competências técnicas, altamente valorizadas no sistema patrimonial actual. Resolvendo esta situação, as associações poderiam ser novamente integradas nas estruturas consultivas e mesmo operativas. Até porque possuem uma vantagem: a proximidade com as comunidades. Esta grande vantagem das associações, tem que vir acompanhada de uma maior “profissionalização” do sector, garantindo assim a



São necessárias mais acções de ligação com as comunidades educativas, de uma forma estratégica e concertada. O património deve deixar de vez o seu nicho de posicionamento e enveredar por caminhos mais abrangentes e socialmente mais transversais. Aproximar-se de novo das suas populações. “Servir” as suas populações. Partilhar conhecimentos e incluir gente que não participa nestes horizontes dos valores históricos, sociais, artísticos, culturais e ambientais, tal como foi preconizado na Convenção de Faro, em 2005.



sua independência. Aprender com os erros cometidos e otimizar um conjunto de conhecimentos adquiridos que permitem que as associações tenham a capacidade de se reinventar e de se reposicionar em consonância com os valores pelas quais se regem. Capitalizar, tal como acreditamos hoje na moderna Conservação e Restauro que, o anterior faz parte da vivência daquele local, e a nossa obrigação é encontrar formas de enquadrar esses elementos “dissonantes” numa consonância harmoniosa.

Na Educação para o Património as ONG encontram outro desafio. As associações devem procurar ligações com o mundo educativo, no pressuposto que a base para a salvaguarda do património reside numa formação das camadas mais jovens, mas não só. Formações de nível superior ou mesmo no segmento técnico-profissional podem fazer parte do rol de actuação das associações, abrangendo não só os alunos, como também os professores. Aliás, uma grande parte da base associativa foi constituída por professores e profissionais de ensino. São necessárias mais acções de ligação com as comunidades educativas, de uma forma estratégica e concertada. O património deve deixar de vez o seu nicho de posicionamento e enveredar por caminhos mais abrangentes e socialmente mais transversais. Aproximar-se de novo das suas populações.

“Servir” as suas populações. Partilhar conhecimentos e incluir gente que não participa nestes horizontes dos valores históricos, sociais, artísticos, culturais e ambientais, tal como foi preconizado na Convenção de Faro, em 2005.

Finalmente o estabelecimento de redes associativas a nível nacional. Talvez o maior desafio que se coloca hoje ao mundo associativo, obrigando as associações a encontrarem convergências na sua diferença. Uma das grandes realizações do movimento associativo de defesa do património no período democrático em Portugal foi a execução de Encontros Nacionais das Associações de Defesa de Património, algo inteiramente inédito no panorama patrimonial em Portugal e integralmente organizados pelas estruturas associativas, sozinhas ou em coordenação. Acreditava-se na convergência de interesses e nas potencialidades de um modelo federativo das associações, tendo sido criada uma Federação, a FADEPA que, apesar de demonstrar uma originalidade de actuação e de objectivos, não conseguiu uma concretização efectiva da sua missão e ficou muito aquém daquilo que as associações perspectivavam para este organismo. Estas redes associativas beneficiaram da implantação alargada do modelo no território nacional, com a criação de um conjunto muito significativo de associações que teve presente nos seus objectivos a defesa e salvaguarda do

património (cultural e natural), numa relação de uma associação para cada 15 000 habitantes e o território nacional apresentou uma cobertura de mais de 70% com estruturas desta natureza (entre 1977 e 1997). A ligação com as comunidades e com a sociedade em geral tem que ser determinante na forma de actuar das associações. Servir a comunidade, com acções alargadas ao grosso das populações, apostando em estratégias de divulgação como exposições, visitas orientadas, recitais de música, publicações ou iniciativas pedagógicas. Outra das formas de se ligarem com a sociedade reside na compreensão do alcance e a utilização em larga escala dos meios de comunicação social, para a difusão dos valores patrimoniais. Não só jornais, mas também os meios de comunicação de massas, como a rádio e a televisão, e hoje as redes sociais, podem ser utilizados pelas associações para o cumprimento da sua missão.

Tal como no passado, *agir* é hoje a palavra de ordem. Investir na força de uma acção conjunta e passar de um plano legal para um plano efectivamente prático, fazendo ouvir a sua voz. As associações são a forma mais simples, despretensiosa e global para integrar novamente os bens culturais na vida dos cidadãos. ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.